



DEVASSA DA INTIMIDADE DAS MULHERES CHEGA À COMARCA DE LISBOA

O respeito da intimidade é uma forma de Liberdade

O 25 de abril marcou uma viragem no respeito dos direitos das mulheres em Portugal. É, por isso, carregado de simbolismo que a **ius omnibus** anuncia ter dado entrada no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa de uma ação popular contra a empresa americana **Flo Health, Inc.**, detentora de uma aplicação concebida para apoiar as mulheres no acompanhamento do seu ciclo menstrual e planos de gravidez.

A aplicação designa-se “*O meu calendário menstrual Flo*” ou, em inglês, “*Flo Ovulation and Period Tracker*”.

Apesar de declarar expressamente que os dados que recolhia não seriam transmitidos a terceiros, entre 30 junho de 2016 e 23 de fevereiro de 2019, a Flo Health permitiu, deliberada e sistematicamente que várias empresas terceiras acedessem instantaneamente aos dados mais íntimos das suas utilizadoras para lhes direcionar anúncios e comunicações personalizadas.

Facebook e Google estão entre as empresas que beneficiaram desses dados, devassando a falsamente prometida privacidade e confidencialidade de dados tão íntimos como o decurso do ciclo menstrual, a vontade de engravidar ou a atividade sexual.

Aliás, era o próprio Facebook que fornecia à Flo Health a ferramenta de software que assegurava o acesso instantâneo a todos os dados que as mulheres inseriam. Pior, essa ferramenta do Facebook permitia rastrear continuamente as utilizadoras na Internet, nos seus vários terminais de acesso e nos diversos portais ou aplicações a que acediam, mesmo não tendo conta no Facebook.

Uma conduta aviltante, intencional, massificada, cautelosamente preparada e mantida, sob a descarada mentira às utilizadoras, de que a sua informação não seria partilhada com terceiros e que se destinava apenas e tão só ao funcionamento da aplicação, ou seja, permitir acompanhar o seu calendário de ovulação e menstruação, atividade sexual e planos para engravidar.

A todos os cidadãos e cidadãs, independentemente do género, credo, raça, orientação de pensamento ou de escolhas pessoais, é devido o estrito, cabal e efetivo respeito da privacidade e a exclusão de qualquer forma de devassa.

O respeito da privacidade é também uma forma de Liberdade.

Liberdade que a Flo Health, para benefício do Facebook, do Google e de outros terceiros, devassou com conhecimento, intenção de logro e para lucro próprio.

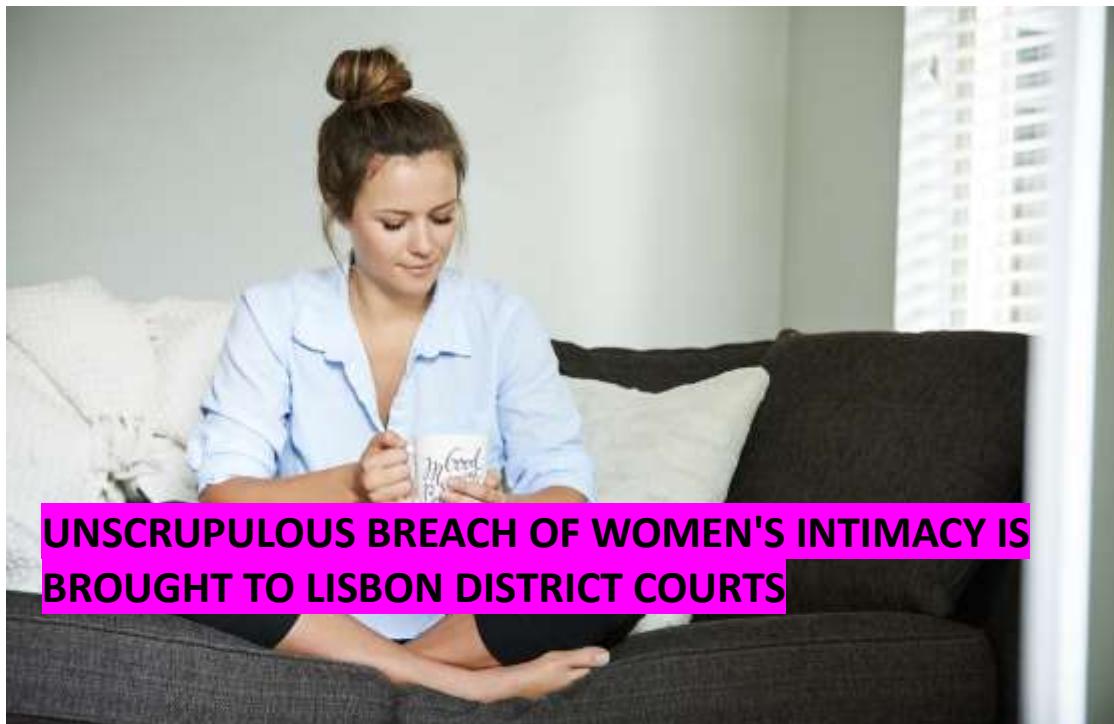
Na ação popular, a **ius** imputa à Flo Health a violação de direitos fundamentais das consumidoras portuguesas, como o direito à reserva e intimidade da vida privada, a violação de normas do Código Civil português, a Lei das Práticas Comerciais Desleais e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Nos EUA, a dona da App, confrontada com uma investigação do jornal norte-americano Washington Post e acusada pela Federal Trade Commission, depois de começar por o negar, acabou por confessar ter vendido o acesso aos dados e facultado o rastreamento individualizado das utilizadoras. Contudo, ainda não desembolsou nenhuma indemnização.

Em caso de sucesso, a Flo Health será condenada a indemnizar as consumidoras representadas na ação pelos danos causados por estas práticas ilícitas.

Para mais informações e acompanhamento de todos os desenvolvimentos deste caso, consulte a nossa página www.iusomnibus.eu, onde poderá seguir toda a informação sobre

esta ação, e registar-se na nossa associação, sem custos nem compromissos absolutamente nenhuns.



THERE IS NO FREEDOM IF THERE IS NO RESPECT FOR INTIMACY

April 25 marked a turning point in the respect for women's rights in Portugal. It is, therefore, loaded with symbolism that **ius omnibus** announces its latest initiative, which is the filing of a judicial class action with the Judicial Court of the District of Lisbon against the American company **Flo Health, Inc**, owner of a smartphone application that helps women monitoring their ovulation, period, and pregnancy plans.

The application is called "*Flo Ovulation and Period Tracker*".

Despite expressly stating that the data it collected would not be transmitted to third parties, between 30 June 2016 and 23 February 2019, Flo Health deliberately and systematically allowed several third parties to instantly access the most intimate data of their users to target them with personalized advertisements and communications.

Facebook and Google are among the companies that have benefited from this data, depriving the falsely promised privacy and confidentiality of data, as intimate as the course of the menstrual cycle, the desire to get pregnant or sexual activity.

In fact, it was Facebook itself that provided Flo Health with the software tool that ensured instant access to all the data that women registered in the App. Moreover, Facebook's software tool allowed for users to be continuously track users on the Internet, on their various access devices, and on the various websites or applications they accessed, including even those users who had not an account with Facebook.

A despicable, intentional, massified, cautiously prepared and maintained conduct, under the blatant lie to users that their information would not be shared with third parties and that it was intended only and only for the operation of the application, which should be to allow the control by users of their ovulation and menstruation calendar.

To all citizens, regardless of gender, creed, race, orientation of thought or personal choices, is owed the strict, thorough, and effective respect of privacy and the exclusion of any form of invasion.

Respect for Privacy is also a form of Freedom.

Freedom that Flo Health, to the benefit of Facebook, Google and other third parties, has violated with knowledge, intent to deceive and for its own profit.

In the popular action, **ius** accuses Flo Health of the violation of fundamental rights of Portuguese consumers, such as the right to privacy and intimacy of private life, the Portuguese Civil Code, the Law of Unfair Commercial Practices and the General Regulation on Data Protection.

In the USA, the company Flo Health that owns the App, after being confronted with an investigation by the US newspaper Washington Post and charged by the Federal Trade Commission, confessed to having sold access to the data and to the tracking of identified non-anonymized women. However, it has not yet disbursed any compensation.

If this claim is successful, Flo Health will be ordered to compensate the consumers represented in the action for the damage caused by these illegal practices.

For more information and follow-up of all the developments in this case, see our www.iusomnibus.eu page, where you can follow all the information about this case, and register with our association without any costs or commitments whatsoever.